

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO SEGUNDO A RENDA DOS SEGMENTOS QUE O COMPÕEM: Espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG

Angélica de Santana Rocha

Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA e Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/UNIMONTES
angelica.rocha@ymail.com

Marcos Esdras Leite

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professor do Departamento de Geociências, do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Coordenador do Laboratório de Geoprocessamento da UNIMONTES.
marcosesdras@ig.com.br

RESUMO

O presente artigo demonstra através do método comparativo causal a apropriação do solo urbano na cidade de Montes Claros pelos segmentos populacionais a partir da renda que estes possuem. Demonstra através da espacialização de dados com base no censo IBGE de 2010 que segmentos de baixa renda tendem a se concentrar na franja urbana, devido ao baixo valor do solo em relação às áreas centrais e/ou historicamente valorizadas pela especulação imobiliária. Esta distribuição espacial dos segmentos sociais é apresentada teoricamente no artigo à luz das reflexões de Castel (2005), que aponta a não disponibilidade de postos de trabalho formal a todos os segmentos populacionais como causa desta diferença de renda e apropriação do espaço.

Palavras-chave: Método Comparativo; Baixa Renda; Ocupação espacial; Cidade de Montes Claros.

URBAN SPACE OWNERSHIP BY INCOME SEGMENT THAT COMPOSE: Spatial data of Montes Claros, Minas Gerais

ABSTRACT

This article shows through of the method comparative casual the appropriation of the urban ground in the city of Montes Claros by population segments from the income that they have. Shows through of the data specialization based on 2010 IBGE census that low-income segments tend to gather in the urban fringe, due to the low value of the ground over the central areas and/or historically valued by the real estate speculation. This special distribution of the social segments is theoretically presented in this article in the light of the Castel (2005) reflections, aiming at non-availability of formal jobs to all population segments as a cause of this income gap and appropriation of space.

Keywords: Comparative Method; Low income; Space occupancy; Montes Claros city.

INTRODUÇÃO

O método comparativo causal utilizado neste texto para discussão do objeto busca analisar em escala local as assimetrias existentes quanto à ocupação do espaço no interior dos territórios em que se divide a malha urbana de Montes Claros-MG, em que se afirma que a causa de uma apropriação desigual é a distribuição desigual de renda nas sociedades do capital. As categorias de análise utilizadas, portanto, foram renda e apropriação do espaço urbano.

Sobre o uso do método comparativo nas ciências sociais Sartori e Morlino (1999) afirmam que este se destina a explicar realidades que em algum aspecto se aproximam ou se distanciam, lembrando a necessidade de que haja elementos comparáveis entre estas. Elementos demasiadamente distintos impedem a prática da comparação. Neste mesmo sentido afirmam a não existência de um método único e cristalizado para promover a comparação, uma vez que a especificidade de cada realidade, de cada objeto, leva às perguntas iniciais: os objetos em questão são semelhantes em que aspectos? E são diferentes em que aspectos? A partir destas perguntas se inicia o processo de comparação em suas possibilidades segundo a realidade em análise. Não se trata de seguir um método próprio para tal, uma vez que este método não existe, então definem que comparar é procurar, entre dois ou mais objetos de estudos, características que os aproximam e características que os distanciam.

Quanto ao conceito de renda, Peixoto (2005) afirma que a Carta Constitucional brasileira o coloca como sinônimo de faturamento, patrimônio, capital, lucro, ganho, resultado, saldo positivo entre ganhos e gastos em um determinado período de tempo; enfim, pode ser concebido como situação em que houve um acréscimo de patrimônio, seja este monetário, imóveis, bens ou direitos. Para fins de definição neste texto, toma-se o conceito de renda como sinônimo de ganho mensal proveniente de atividades laborais.

A renda mínima necessária às famílias para aquisição de bens necessários à sua manutenção é definida a partir da elaboração de linhas de pobreza, em que se constrói uma cesta básica contendo os bens alimentícios e serviços considerados padrão para determinada sociedade. Famílias e indivíduos cujo ganho mensal não os permita a aquisição desta cesta básica se encontram abaixo da linha de pobreza, significando que o ganho de determinadas famílias ou indivíduos não é suficiente para que estes satisfaçam as suas necessidades básicas na sociedade em que se encontram inseridos (FERES; VILLAROTO, 2013).

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
*Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite***

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome define através do Decreto nº 6.135, publicado em 26 de junho de 2007, Art. 4o, inciso II, que famílias de baixa renda a serem atendidas por seus programas e benefícios são aquelas cuja renda seja igual ou inferior a meio salário mínimo per capita mensal ou até três salários mínimos mensais (BRASIL, 2008).

Espacializar os dados de renda na cidade de Montes Claros através dos mapas, e comparar as variáveis possíveis de análise nestes, permitiu observar a localização dos segmentos de baixa renda concentradamente na franja urbana e áreas que se distanciam do centro, e constatar na cidade a tendência de que o valor do solo urbano é fator de seleção para determinar quais segmentos povoarão esta ou aquela área.

Quanto à diferença de apropriações observada no espaço urbano pode-se refleti-la a partir do ponto de vista de que os segmentos que compõem uma sociedade contribuem historicamente para a sua reprodução, segundo modelo vigente no momento histórico em que se encontra (CARLOS, 2011). Atualmente a reprodução das sociedades ocidentais se dá, em sua maioria, através do sistema de produção capitalista, cuja principal característica é a concentração de renda entre segmentos minoritários. A consequência de tal realidade se observa na paisagem das cidades, em que os centros urbanos concentram áreas comerciais, que refletem a lógica mercadológica típica do sistema vigente, e se espraiando por seu entorno se encontram as áreas residenciais, cujas periferias se caracterizam como loco de segmentos de baixa renda, devido ao baixo valor do solo e carência de infraestrutura urbana nestas localidades.

Neste sentido, Carlos (2011) afirma que o espaço se torna mercadoria na atual sociedade do capital e desta afirmação se depreende que os segmentos populacionais irão consumir esta mercadoria de acordo com a sua colocação no ranking dos que possuem ou não renda para tal. Como resultado da diferença de “poderes” de consumo entre segmentos populacionais, as grandes cidades são marcadas pelo contraste entre centros urbanos comerciais altamente estruturados para prestação de serviços e vendas de mercadorias e periferias carentes de estrutura urbana, cujo extremo se expressa em forma de favelas.

Lefebvre (1965), refletindo sobre o papel das cidades na contemporaneidade, afirma que estas atendem tão somente ao capitalismo e à sua lógica mercadológica, em que o humano se resume a um consumidor de mercadorias, cujas necessidades de convivência, expressão artística e cultural não encontram satisfação para além do ato de consumir bens e

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
*Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite***

serviços. Vem demonstrar como o homem moderno vive a “cultura da cidade” e esta reflete tão somente o mundo do comércio expresso pelo domínio do capital.

A paisagem urbana, nesta perspectiva de Lefebvre, é marcada pelos pontos comerciais e instituições burocratizadas. O lado “humano” não encontra meios para expressão no espaço urbano. Segundo o autor a arte deveria ser valorizada e expressa no espaço de convívio social, a música, dança, cultura, lazer, enfim, atividades que não visem o comercial em si, mas o convívio social entre indivíduos, de forma independente da capacidade de consumo destes.

Lefebvre defende assim um pensar que leve a um novo humanismo, em que se valorize o lúdico, o artístico, o ‘espíritual’, enfim, atividades e valores para além daqueles que visam unicamente a reprodução do capital. Defende que o homem possui necessidades espirituais, intelectuais, que deveriam encontrar no espaço urbano formas de satisfação. Estas necessidades foram, neste contexto, sufocadas pelo viés de modernização adotado pelo modelo de organização social em torno do capital, do trabalho enquanto força motriz de mercado (e não como atividade prazerosa que satisfaça o “espírito humano”).

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MONTES CLAROS - MG

A cidade de Montes Claros localiza-se na mesorregião Norte de Minas Gerais, conforme demonstra a figura 01. Segundo afirma o IBGE, a população do município estimava-se em 385.898 habitantes no ano de 2013. Este número populacional configura Montes Claros frente ao IBGE como município de grande porte (101.000 até 900.000 habitantes). Sua área é de 3.568, 941 Km² e sua densidade demográfica era de 101,41 hab/Km² no ano de 2010 (IBGE, 2010).

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG**
Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite

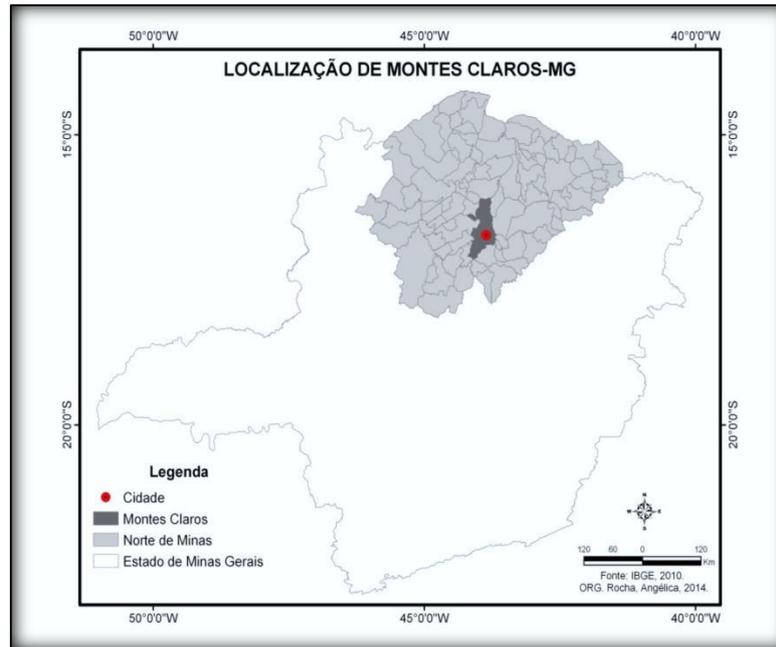


Figura 01 – Mapa de localização do Município e da cidade de Montes Claros-MG na Mesorregião Norte de Minas Gerais.

Elaboração: ROCHA; LEITE, 2014a.

A atratividade de contingentes populacionais para a cidade de Montes Claros-MG se justifica pelo fato de que esta figura como polo Norte Mineiro (PEREIRA et al, 2010) uma vez que “toda a mesorregião é marcada, juntamente com o Vale do Jequitinhonha e o Mucuri, pelos piores indicadores sociais do Estado e um baixo dinamismo econômico, o que reforça a sua polarização regional” (LEITE; SILVA BRITO, 2012, p. 162).

A cidade recebeu incentivos estatais que levaram à sua configuração como polo regional através de melhorias que facilitaram o acesso de diversos municípios do entorno a esta. O crescimento econômico e populacional que Montes Claros experimentou e que configurou a cidade como polo regional no Norte de Minas teve como causa principal a implantação da ferrovia no ano de 1926 e a expansão de rodovias (PEREIRA, 2007; FRANÇA, 2007).

O advento da ferrovia marcou a saída de Montes Claros-MG do isolamento local, o que representou um significativo passo no sentido de modernização e desenvolvimento. “A cidade, logo após a entrada em cena da locomotiva, caminhou rapidamente para se tornar o principal centro de convergência do comércio de produtos agropecuários da imensa porção Norte do Estado de Minas Gerais” (PORTO, 2007, p. 92).

O crescimento de Montes Claros-MG se justifica também pela inclusão do Norte de Minas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pós década de 1960, “que escolhe essa cidade para sediar a instalação de

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
*Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite***

indústrias” (FRANÇA, 2007, p. 07), fato que promoveu uma rápida urbanização e atração de migrantes do campo para a cidade, bem como de cidades do entorno.

A cidade e sua estrutura diferenciada em relação a demais cidades do entorno é percebida pelo imaginário popular como possibilidade para acesso ao emprego e renda e consequente melhoria na qualidade de vida. Este imaginário moveu a população rural para a cidade com a chegada da indústria a Montes Claros na década de 1970, bem como moveu segmentos populacionais de outras regiões. Estes migrantes, que partiam de diversas cidades norte mineiras e de outras regiões, em busca de fixar moradia em Montes Claros, representavam segmento socialmente vulnerável, uma vez que a infraestrutura urbana local não correspondia ao crescimento populacional acelerado.

O trabalho como forma de obtenção de renda figura na sociedade como mola propulsora do crescimento econômico, assim como do bem estar dos indivíduos que a compõem. Relações de trabalho enquanto prestação de serviços a outro, formalizadas mediante leis trabalhistas, tem a sua origem a partir do século XIX regulamentando inicialmente as relações entre industriais e operários na relação de produção fabril.

Smith (1996) afirma ser o trabalho a fonte da riqueza das nações, em que a distribuição dos bens advindos do trabalho seria suficiente para sanar as necessidades de todos os indivíduos que compunham cada nação. Castel (2005), refletindo sobre a questão social na atualidade, aponta que a pobreza de alguns segmentos populacionais que compõem as nações capitalistas se dá devido ao fato de que os postos de trabalho não são ofertados em quantidade suficiente a abarcar toda a população, gerando classes marginalizadas, desempregadas, desprovidas de acesso à renda e desprovidas de poder de consumo, carecendo atendimentos estatais no sentido de mitigar situações de risco e vulnerabilidade social entre estes.

Afirma ainda que a questão social na atualidade se manifesta, também, a partir de violações de direitos de cidadania, historicamente adquiridos, o que inclui direito ao trabalho formal, devidamente remunerado. Nesta linha de raciocínio se percebe a ligação direta entre desenvolvimento econômico e pobreza, inerentes às sociedades do capital, em que se têm avanços tecnológicos, geração de bens a partir destes avanços, e por outro lado a pauperização, devido ao fato de que parcela da população em sociedades capitalistas não usufrui dos bens produzidos através do trabalho.

Considerando as reflexões de Castel (2005) e o fato de que a população de Montes Claros se formou a partir da migração de contingentes populacionais, que contribuíram tanto para o desenvolvimento econômico da cidade como para o surgimento de áreas

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
*Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite***

marcadas pela presença da baixa renda, uma vez que nem toda a mão de obra migrante foi absorvida pela indústria nascente, o presente texto demonstra, através da espacialização de dados do IBGE de 2010, a localização destes segmentos de baixa renda na malha urbana do município de Montes Claros. Tomou-se como baixa renda o valor adotado pela Política Nacional de Assistência Social ao definir um público alvo para os seus Programas e Benefícios, qual seja famílias cuja renda per capita mensal se encontre no valor de até meio salário mínimo.

A metodologia utilizada para a construção dos mapas diz respeito ao uso de técnicas de geoprocessamento, em que os dados disponíveis no Censo do IBGE, do ano de 2010, sobre o segmento de interesse do estudo, foram espacializados através do Sistema de Informação Geográfica – SIG – “que trabalha com banco de dados alfanuméricos ligado a uma base cartográfica, para consequente espacialização desses dados (...), resultando assim em mapas temáticos ou gráficos para análise de um determinado fenômeno” (LEITE, 2006, p. 47). Foram usados os microdados do IBGE, apresentados por setores censitários, juntamente com a base cartográfica digital, também disponibilizada pelo IBGE e posteriormente construídos os mapas.

No censo demográfico do ano de 2010 a população total de Montes Claros se encontrava em 361.915 habitantes. O item renda desta população, focando no quesito baixa renda, mostra que do total desta população, 34,4% (124,851 pessoas) se encaixava na variável “baixa renda” determinada pela Política de assistência social e pelo IBGE. A distribuição de dados quanto à baixa renda se encontra representada no gráfico 01.

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite**

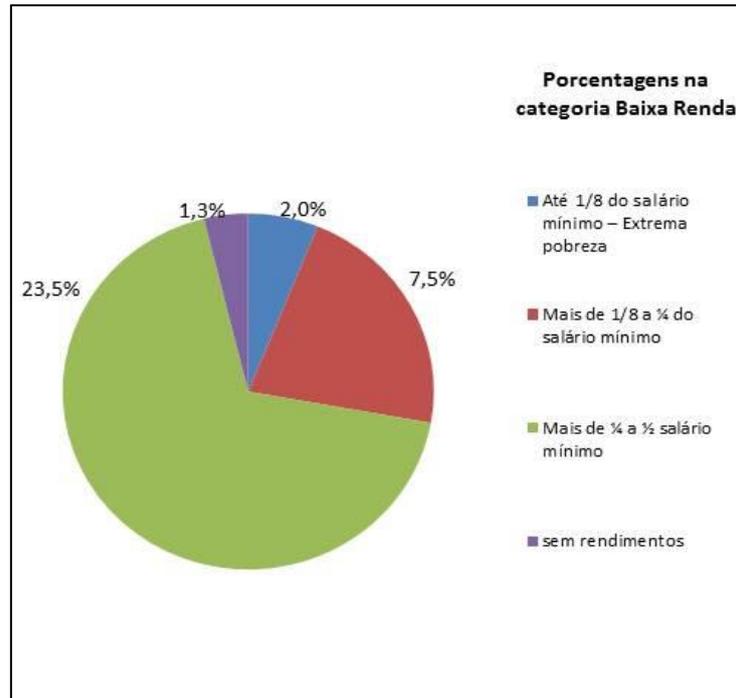


Gráfico 01 – População de baixa renda do Município de Montes Claros-MG
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Associando a discussão desenvolvimento e pobreza às realidades vividas por indivíduos demandantes dos serviços de assistência social do Município de Montes Claros-MG, Teixeira (2007), em pesquisa quanti-qualitativa, realizada junto a beneficiários do Programa social Bolsa Família do município, tece um diagnóstico social que identifica quem são os “pobres” de Montes Claros, como vivem e quais as suas principais preocupações. Constata que “para estas famílias a principal dificuldade para a sobrevivência é a baixa renda e em segundo lugar a escassez de emprego” (TEIXEIRA, 2007, p. 121).

A pesquisadora aponta diversos aspectos percebidos no ano de 2007 a partir das entrevistas e aplicação de questionários realizados em sua pesquisa: dentro deste segmento social algumas famílias possuem a transferência de renda governamental como único meio de sobrevivência; 82% delas se identificam como pobres; 54% estudaram apenas o ensino fundamental, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho; 56% das pessoas afirmaram não possuir uma alimentação adequada e 24% afirmaram ter passado fome em alguma etapa da vida; 42% das famílias respondentes tinham rendimento familiar entre 1 e 1,5 salário mínimo e 40% entre 0 e 1 salário mínimo (ROCHA; LEITE, 2014b).

A espacialização dos dados do IBGE do ano de 2010 quanto à distribuição de renda na cidade de Montes Claros demonstra a localização dos domicílios de baixa renda na malha urbana municipal. Construiu-se inicialmente o mapa dos polos regionais que compõem a malha urbana do município, divisão territorial esta que ocorreu no ano de

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
*Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite***

2006, a fim de se implantar a política pública de assistência social. Posteriormente se construiu os mapas de renda, através da sobreposição de dados do IBGE 2010 ao mapa dos polos/territórios dos CRAS.

A figura 02 representa os domicílios sem rendimentos na cidade de Montes Claros. Segundo o IBGE, se incluem neste segmento famílias que tem no benefício social a sua única fonte de renda. A gradação de cores representada na legenda permite a visualização destes ao longo dos polos regionais, em que os tons claros representam menores concentrações de domicílios sem rendimentos, enquanto a cor escura representa maiores concentrações dos mesmos.

A sua distribuição ocorre de maneira que os Polos Vila Oliveira e parte do Polo Major Prates apresentam índices menores destes segmentos, uma vez que são áreas historicamente construídas de modo que o valor do solo é elevado, selecionando assim o público que a estas tem acesso.

Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
 espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite

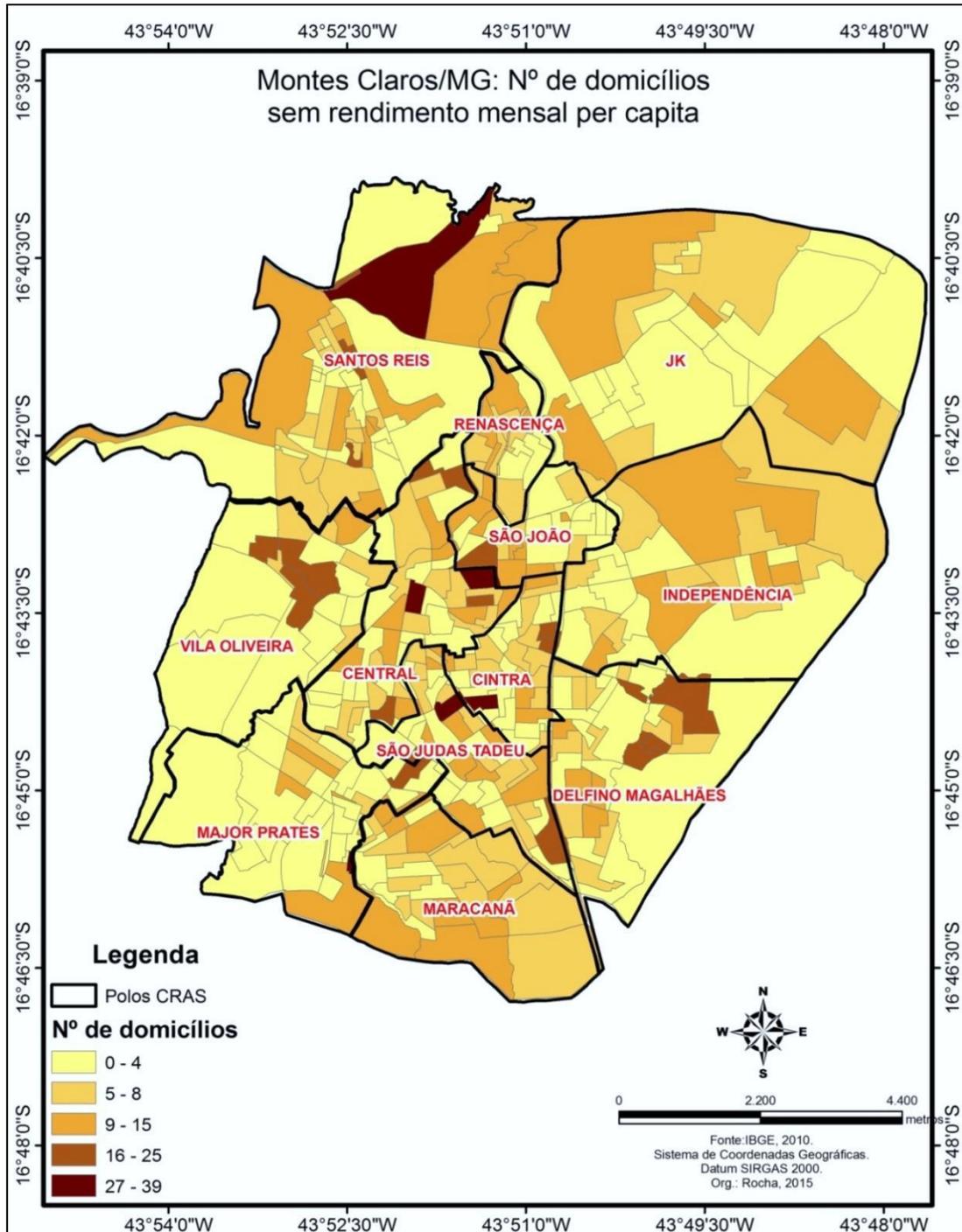


Figura 02 – Mapa de distribuição dos domicílios de baixa renda do Município de Montes Claros/MG - Sem rendimentos

Elaboração: ROCHA; LEITE, 2014b.

A figura 03 representa os domicílios cuja renda per capita mensal se encontra nos valores de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. A sua observação demonstra grande concentração deste segmento ao longo das franjas urbanas leste, norte e sul da cidade, o que leva à reflexão quanto ao valor do solo urbano e à segregação socioespacial, em que as famílias e indivíduos adquirem os seus imóveis segundo o seu poder de compra e este fato imprime à

Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
 espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite

paisagem urbana determinadas características, com áreas densamente edificadas - regiões central, oeste e centro oeste (LEITE, 2006; ROCHA; LEITE, 2014b), verticalização intensa, ao passo que as franjas urbanas leste, norte e sul se caracterizam por certa precariedade das construções em relação às primeiras. Os polos Maracanã (área sul), Santos Reis (área norte) e Independência (área leste), concentram de 112 a 183 domicílios cuja renda configura vulnerabilidade social. São áreas densamente caracterizadas pela presença de baixa renda, em que está presente a maioria das favelas da cidade.

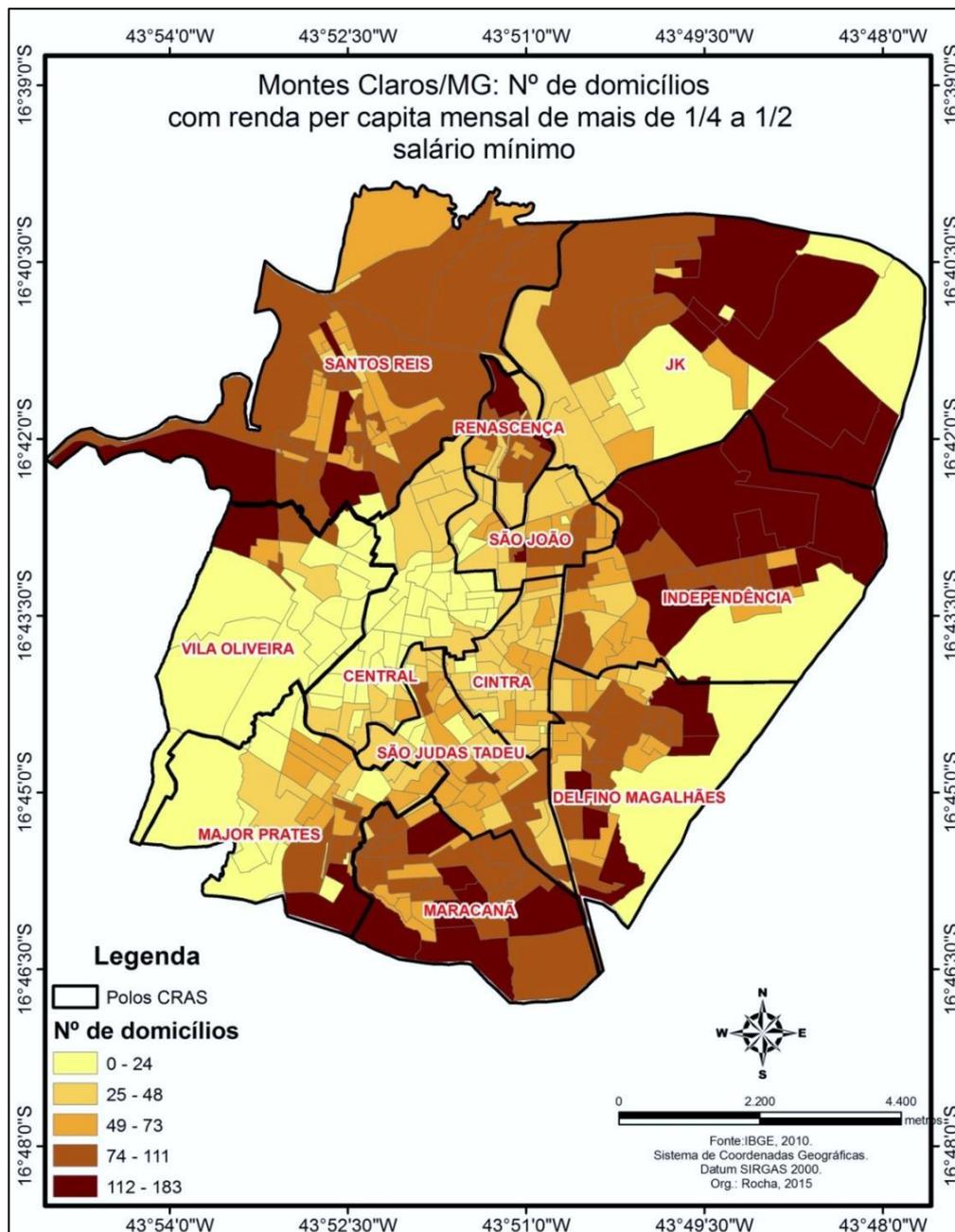


Figura 03 – Mapa de distribuição dos domicílios de baixa renda do Município de Montes Claros-MG- Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo per capita mensal
 Elaboração: ROCHA; LEITE, 2014b.

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite**

Quanto às favelas, locais que representam a consequência extrema da segregação socioespacial no espaço urbano, Montes Claros apresenta 21 unidades. O polo Santos Reis se destaca dentre os demais polos urbanos pela presença de sete favelas. Em seguida se destaca o polo Maracanã, contendo três unidades em seu interior e duas unidades de favelas em seu entorno. A figura 04 demonstra a localização de favelas na malha urbana de Montes Claros.

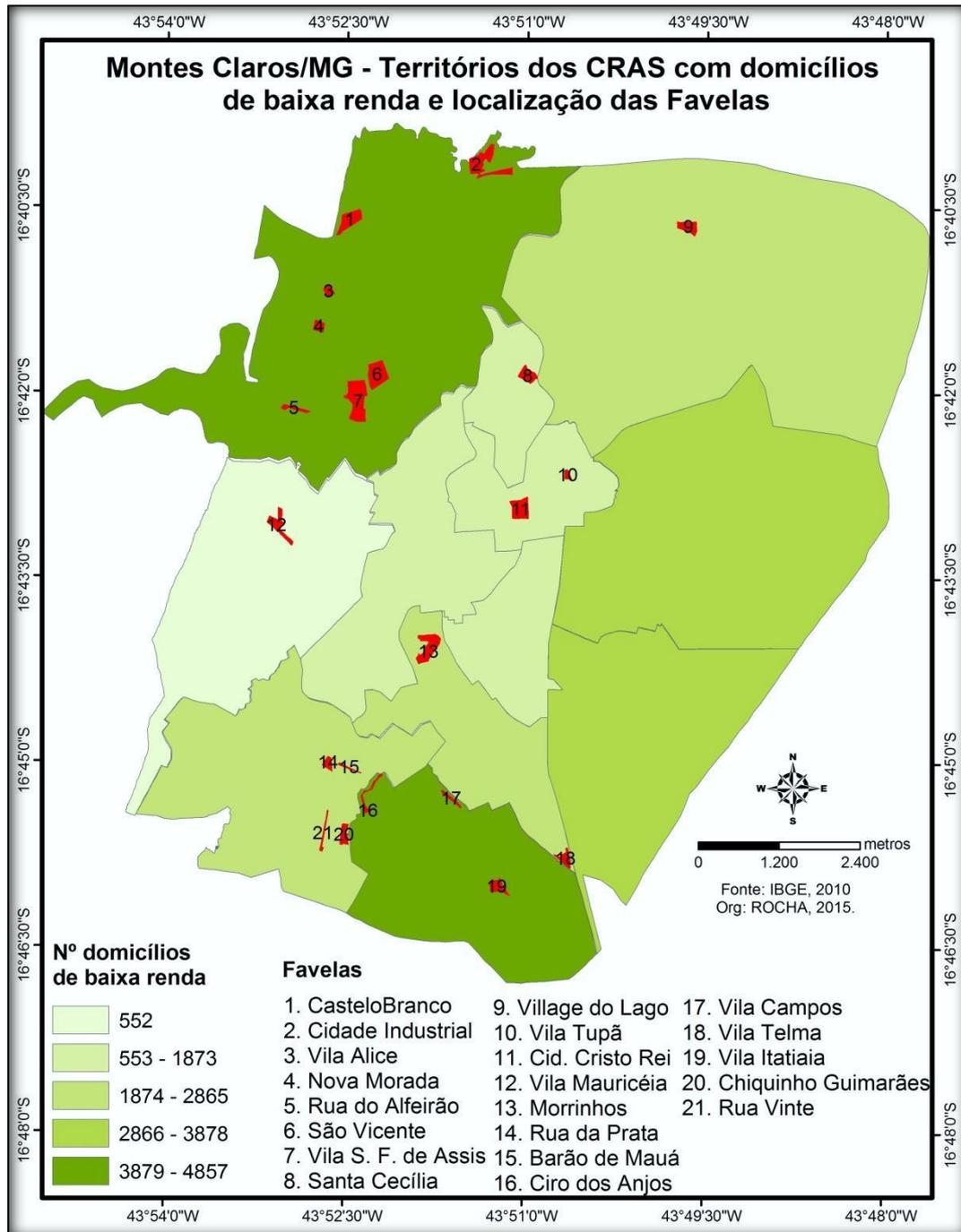


Figura 04 – Localização de favelas na cidade de Montes Claros – MG
Elaboração: ROCHA, 2015.

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
especialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
*Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite***

A figura 05, fotografia que demonstra vista panorâmica da cidade de Montes Claros-MG, permite visualizar o se afirmou quanto à paisagem urbana a partir da apropriação do solo segundo a renda dos segmentos populacionais que a compõem. No detalhe da imagem se observa o polo central, contendo edificações verticalizadas, em contraste com o barracão coberto por telhado de amianto, na região oeste do polo Santos Reis, periferia norte da cidade, marcada pela baixa renda e presença de favelas.



Figura 05 – Vista panorâmica da cidade de Montes Claros a partir do “Morro do Frade”, Loteamento São Francisco de Assis, Polo Santos Reis¹
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.

Como critério para comparação entre distribuição de renda na cidade e apropriação do espaço urbano segundo renda, a figura 06 demonstra os domicílios cuja renda per capita mensal se encontra entre 05 a 10 salários mínimos.

A análise comparativa dos mapas, em uma perspectiva quantitativa, permite perceber a distribuição da população pelo espaço geográfico da cidade segundo a renda que possuem os segmentos. Os segmentos populacionais que compõem as franjas urbanas sul, leste e norte são marcados, em sua maioria, conforme demonstrou a figura 03, pela baixa renda. A figura 06, fundamental para efeito de comparação nesse caso, permite observar a concentração de segmentos populacionais cuja renda per capita mensal se encontra entre 05 a 10 salários mínimos na área central e nas periferias oeste e centro oeste, áreas de

¹ Imagem coletada durante trabalho de campo realizado no âmbito da Disciplina Optativa Cidades e Redes, ministrada pela professora Anete Marília Pereira, em Dezembro de 2014.

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
*Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite***

interesse dos grupos imobiliários, que investem em infraestrutura urbana, e tornam o valor do solo mais elevado do que as demais áreas da cidade.

A comparação entre as figuras 03 e 06 permite a constatação, em linguagem cartográfica, na cidade de Montes Claros, de que o espaço urbano, no contexto das sociedades do capital, se caracteriza pela diferença na capacidade de apropriação do solo pelos diversos segmentos populacionais que compõem a cidade, segundo a renda que possuem os indivíduos e famílias, o que configura as situações de segregação socioespacial observadas, obrigando famílias e indivíduos de baixa renda a se apropriar de áreas periféricas onde a estrutura urbana não atende às condições devidas de saneamento básico, pavimentação de vias públicas e outras.

Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
 espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite

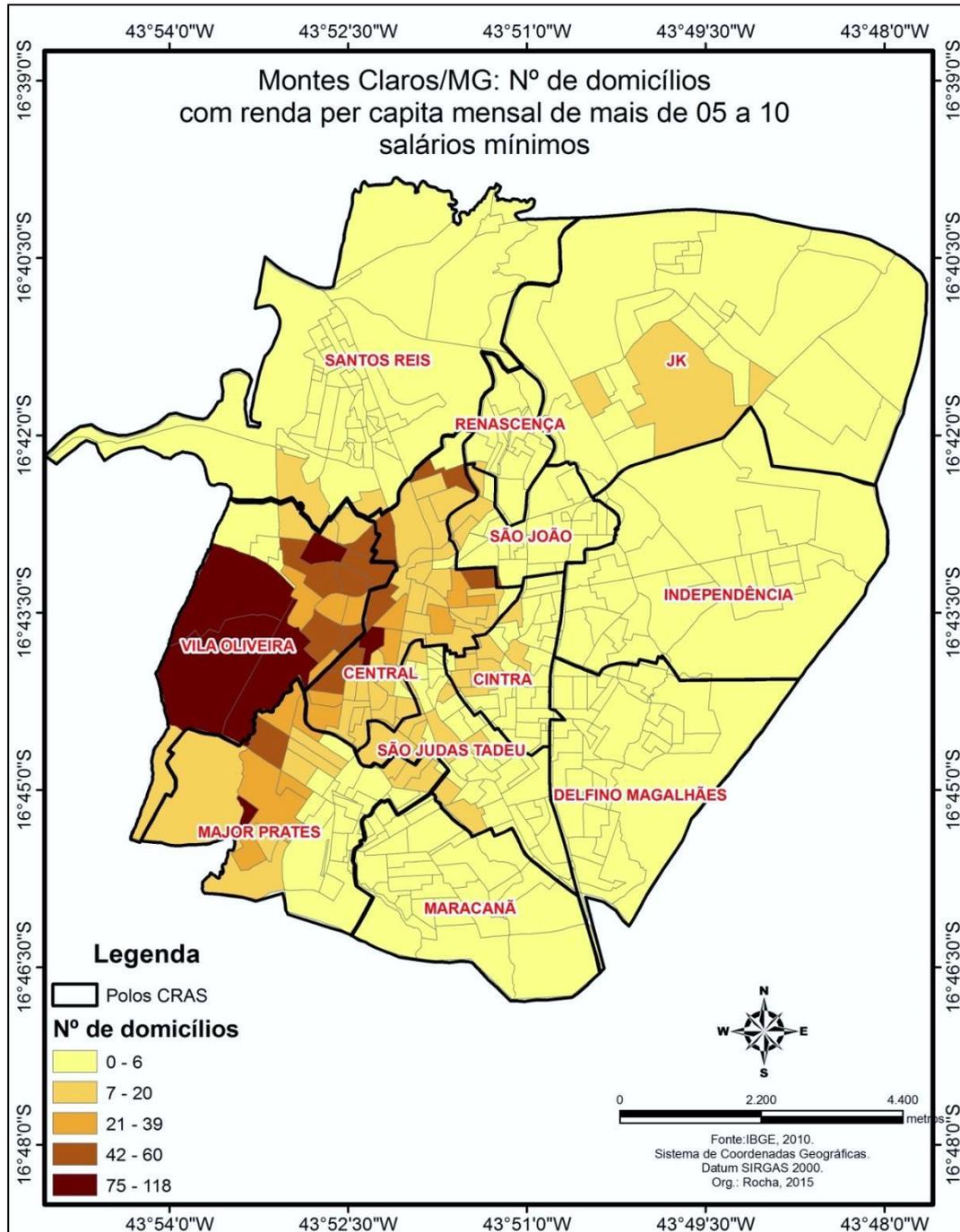


Figura 06 – Mapa de distribuição de renda dos domicílios de Montes Claros - MG. Mais de 05 a 10 salários mínimos per capita mensais
 Elaboração: ROCHA; LEITE, 2014b.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar a espacialização de dados quanto à distribuição de renda na malha urbana municipal de Montes Claros-MG, tendo como foco a localização espacial dos domicílios de baixa renda, em que se constatou que, como característico do processo de urbanização e reprodução das sociedades sob viés capitalista, a cidade de

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite**

Montes Claros – MG possui uma configuração espacial caracterizada, em sua maioria, pela região central densa em edificações comerciais e crescimento vertical, onde se encontram segmentos populacionais cuja renda per capita mensal é mais elevada em relação à franja urbana; e de outro lado a distribuição dos segmentos de baixa renda pelas franjas sul, leste e norte, em que se observa um crescimento horizontal e carência de estrutura urbana conforme as edificações se avançam para as margens, para os morros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Capacita SUAS. **Planos de assistência Social: diretrizes para elaboração**. Brasília: MDS, 2008.

CARLOS, Ana Fani A. A Condição espacial. In: REIS, Luiz Gustavo Leonel dos. Resenha. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 24, n. 3, set./dez. 2012. p. 573-577.

CASTEL, Robert; **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FRANÇA, Iara Soares de. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. 2007. 256f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/sites/ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos_IaraSoares.pdf> Acesso em: 30 set. 2014.

FERES, Juan Carlos; VILLAROTO, Pablo. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. **Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, n. 15, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, p. 1-200.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: estados**. Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=censodemog2010_ren>. Acesso em: abr. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro Editora, 1965.

LEITE, Marcos Esdras. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros/MG**. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.btd.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1404> Acesso em: 01 maio 2015.

_____; BRITO, Jorge Luís Silva. Sensoriamento Remoto e SIG na identificação de áreas propensas à formação de favelas: o caso de Montes Claros (MG). **Boletim Goiano de**

**Apropriação do espaço urbano segundo a renda dos segmentos que o compõem:
espacialização de dados da cidade de Montes Claros-MG
Angélica de Santana Rocha; Marcos Esdras Leite**

Geografia, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 159-175, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/21083/12392>>. Acesso em: 01 maio 2015.

PEIXOTO, Marcelo Magalhães. O conceito constitucional de renda. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 601, mar. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6345>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_arquivos/15/TDE-2009-10-08T103209Z-1697/Publico/Anete.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

_____. SOUTO, Iara Vanessa Pereira; CARVALHO, Pedro Henrique Maia de; MARQUES, Louize Francielly Cardoso. A dimensão política no estudo das cidades médias: considerações sobre Montes Claros/MG. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: AGB, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp?orderBy=inscrições.nome>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

PORTO. César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, poder privado e violência: o campo político Norte-mineiro durante a Primeira República**. Montes Claros-MG: Unimontes, 2007, 194p.

ROCHA, Angélica de Santana; LEITE, Marcos Esdras. Assistência social no Brasil e sua ação frente à questão social na atualidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 3., 2014, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: CONINTER/UCSal, v. 2, n.3, p. 594-608, out. 2014a. Disponível em: <<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2002/38.%20ROCHA%20LEITE.pdf>>. Acesso em: jul. 2015.

_____. **Urbanização e pobreza em Montes Claros – MG**. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 10., 2014, Montes Claros/MG. **Anais eletrônicos...** Montes Claros: Unimontes, 2014. Disponível em: <http://www.unimontes.br/images/arquivo_56.pdf>. Acesso em: jul. 2015.

SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. **La comparación em las ciencias sociales**. Bologna: Società Editrice II Mulino; Madrid: Alianza Editorial S.A., 1994/1999.

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural LTDA, 1996. (Coleção Os Economistas).

TEIXEIRA, Gilmaria Emilia. **Faces e interfaces da pobreza e do desenvolvimento: uma análise para a cidade de Montes Claros (MG)**. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2007.

Recebido para publicação em 12/06/2015
Aceito para publicação em 25/08/2015